14:18 37%

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)* Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Censo mostra atraso do país no saneamento

Avanço lento e desigual mantém 49 milhões de cidadãos, mais que uma Argentina, sem acesso a esgoto; modelo estatista, é evidente, está exaurido

De menos ruim, os dados recém-divulgados do Censo 2022 sobre saneamento básico mostram avanço ao longo da última década. Trata-se, entretanto, de uma melhora lenta e desigual, que mantém o Brasil em situação vexaminosa para um país de renda média.

No ano retrasado, 75,7% dos brasileiros viviam em domicílios com acesso a coleta de esgoto tida como adequada, ante 64,5% contados em 2010. Dito de outro modo, o quarto restante dos cidadãos —49 milhões de pessoas, mais que a população da Argentina— recorre a fossas rudimentares, valas, buracos e águas de rios, lagos e mar.

Dados mais completos e detalhados mostram um cenário ainda mais aviltante. No Censo, o IBGE só consegue investigar a coleta, deixando de lado o tratamento do esgoto, e considera aceitáveis as condições de domicílios com fossa séptica ou fossa-filtro, que perfazem 13,2% do total nacional.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), somente 52,2% do esgoto do país é tratado, o que atende não mais de 56% da população.

Num comparativo internacional sobre o tema feito há um ano por agências da ONU, o Brasil ocupava um deplorável 76º lugar entre 129 países, atrás de vizinhos mais pobres como Paraguai e Bolívia.

Mesmo o progresso apontado pelo Censo 2022 revela disparidades regionais gritantes. Enquanto a taxa de coleta adequada subiu de 85,7% para 90,7% no Sudeste entre 2010 e 2022, no Nordeste a variação no período foi de 43,2% a 58,1%, e no Norte, de 31,1% a 46,4%.

Os números comprovam, como se isso ainda fosse necessário, que está exaurido o modelo de saneamento básico baseado em empresas estatais —que conta com defensores obstinados no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na esquerda e nos sindicatos.

O panorama, felizmente, dá sinais de mudança forçada pela realidade. O novo marco legal do setor, aprovado em 2020, abriu caminho para maior participação do setor privado mirando a meta de universalização até 2033. No ano passado, o Congresso barrou a tentativa de Lula de promover um retrocesso na legislação.

A indigência nacional em saneamento é desastrosa para o ambiente e a saúde pública —a explosão anunciada da dengue é apenas um exemplo mais recente. Sua superação depende de investimentos vultosos e gestão eficiente, em falta no poder público deficitário.

Privatizações, como se fez no Rio e se pretende fazer em São Paulo, mostram um bem-vindo pragmatismo. Há muito a fazer para evitar nova constatação de atraso civilizatório no Censo de 2030.

Meio cheio, meio vazio

Censo Escolar 2023 mostra alguns progressos mas também gargalos crônicos, como a evasão

Segundo o Censo Escolar 2023, divulgado na quinta (22), mais de 68 milhões de brasileiros acima de 18 anos não concluíram a educação básica e não estudam; na faixa de 18 a 24 anos, são mais de 4 milhões.

Esses números apontam para gargalos no ensino médio, no qual se verificam os principais problemas que levam à evasão escolar.

A taxa de reprovação é mais alta na primeira (4,1%) e na terceira série (5,6%) dessa etapa, de acordo com dados entre 2022 e 2023 levantados pela pesquisa. Não à toa, as taxas de abandono dos estudos chegam a 7% e 7,1% no primeiro e no segundo ano, respectivamente, e 5,9% na média dos três anos.

É inescapável, entende este jornal, dar continuidade à reforma dessa etapa da vida escolar, que tem como objetivos tornar o currículo mais atraente, com a oferta de percursos formativos focados em áreas de interesse dos alunos, e estimular a educação profissional.

Nesta última, as matrículas foram de 1,9 milhão em 2019 para 2,4 milhões em 2023 —1,3 milhão na rede pública e 1,07 milhão na particular.

Mas maior parcela dos alunos (44,7%) está na modalidade subsequente do ensino técnico, quando foi concluído o ensino médio. Seria mais adequado elevar a participação nos modelos integrado (32,4%) e concomitante (13,7%).

O ensino de tempo integral, que melhora o aprendizado e ajuda a diminuir a evasão, também evoluiu, com 21% das matrículas na educação básica em 2023 —alta de 5,1 pontos percentuais em relação a 2021. Mas o país ainda não alcançou a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que prevê 25% de matrículas neste ano.

Outro incremento foi o número de alunos em creches, que subiu de 3,4 milhões em 2021 para 4,1 milhões em 2023. Para cumprir o PNE, que estipula 50% de crianças entre 0 e 3 anos, o número precisa chegar a cerca de 5 milhões.

Apesar de melhoras, o Brasil ainda está muito aquém dos parâmetros de uma educação de qualidade.

Espera-se que os achados do censo orientem uma alocação eficiente de recursos públicos para resolver problemas desse setor fundamental para a redução da exorbitante desigualdade social do país.

Israelofobia

Hélio Schwartsman

Algumas semanas atrás, perguntei aqui como, nas mentes dos autoproclamados progressistas, os judeus passaram num intervalo de poucas décadas, de protótipo da minoria perseguida a odioso grupo opressor. Em seguida, confessei minha ignorância. "Israelophobia", de Jake Wallis Simons, oferece respostas.

A tese central de Simons é a de que o ódio a Israel, a "entidade sionista", é uma nova mutação do velho antissemitismo. Nos primeiros séculos da era cristã, judeus eram odiados por causa de sua religião; no século 19 e início do 20, o eram por causa da raça; e, agora, por causa de Israel. O autor esmiúça essas transformações.

Simons faz uma espécie de arqueologia da israelofobia. Mostra que, no mundo árabe, ela veio através da militância de Amin al Husseini, o mufti de Jerusalém, que foi colaborador próximo dos nazistas. Al Husseini, que defendia a eliminação física dos judeus, venceu a competição com outros grupos, como o moderado clã Nashashibi, para tornar-se a representação dos palestinos nos anos 1940. É muito por causa de sua ação que os árabes não aceitaram a partilha da ONU de 1947. Ele também influenciou a Irmandade Muçulmana egípcia e sua cria, o Hamas.

Na esquerda, a hostilidade a Israel teve um forte empurrão da URSS. Até 1967, Moscou tinha relações próximas com Tel Aviv, mas foi se afastando. A partir de 1973, a hostilidade tornou-se aberta. Os soviéticos lançaram operações de propaganda anti-Israel. Uma delas foi comandada por Iuri Andropov. Eles reciclavam clássicos do antissemitismo, como "Protocolos do Sábios de Sião", só substituindo a palavra "judeus" por "sionistas". Às vezes, até os erros ortográficos do original eram reproduzidos.

Dá para discordar de várias das asserções de Simons, que, a meu ver, é tolerante demais para com graves violações a direitos humanos cometidas por Israel. Mas é uma obra calcada em fatos e muito, muito informativa. Vale a leitura.

helio@uol.com.br

Depois de domingo

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro ficou chateado depois de um ato contra o aborto em outubro passado, em Belo Horizonte. Ele queria explorar o gatilho favorito da turma conservadora para provar sua popularidade um ano após a derrota nas urnas. Recebeu menos gente do que esperava e culpou o 8 de janeiro pelo quórum frustrante.

O ex-presidente dificilmente passará pela mesma decepção no domingo (25). A manifestação em São Paulo foi orquestrada com dedicação. Terá caravanas organizadas por aliados, apoio de gabinetes políticos e a grana de um pastor evangélico. Acima de tudo, vem sendo tratada como um chamado de emergência num momento crítico para o capitão.

O placar do público na avenida Paulista será um fator relevante, não o mais importante. Bolsonaro é um líder com grande capacidade de mobilização e muitos seguidores leais. Sua máquina de propaganda deve manipular imagens e inflar os números, mas nada disso vai significar muita coisa no dia seguinte.

A ideia do ato é determinar como o bolsonarismo vai se organizar com a Polícia Federal nos calcanhares de seu líder. O primeiro passo é exibir força suficiente para enviar a eleitores e outros políticos a mensagem de que o ex-presidente ainda controla um grupo dominante na direita, indicando que não há espaço para projetos alternativos.

Mesmo que a manifestação atraia apenas apoiadores mais fervorosos, Bolsonaro quer provar a um contingente maior de eleitores que ele exerce uma espécie de monopólio nesse campo político. Em outras palavras, o ex-presidente tenta convencer esses simpatizantes de que está muito vivo e, portanto, há razões para que se mantenham engajados.

O objetivo final é que essa máquina política seja usada para defendê-lo tanto nas ruas como nos gabinetes. É por isso que seus três potenciais herdeiros —Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado e Romeu Zema— confirmaram presença no ato. Quem quiser os votos do ex-presidente terá que oferecer proteção e, quem sabe, uma anistia no futuro.

Preciosas e sem sentido

Ruy Castro

O craque Mbappé disse que coleciona carros antigos. O engraçado é que ele não dirige. Pois tenho duas coisas em comum com Mbappé. Também não dirijo e também tenho em casa coisas meio sem sentido. Algumas:

A primeiríssima edição de um dos meus romances favoritos, "A Guerra das Salamandras", de 1936, do tcheco Karel Capek. O problema é que é em tcheco e só consigo identificar o nome de Capek na capa. Tenho também duas baquetas de bateria. Uma, do Milton Banana, inventor da batida da bossa nova na bateria. Outra, do Lionel Hampton, que recolhi da pista do Maksoud Plaza, quando Hampton a deixou cair num daqueles malabarismos de baterista americano —ela rolou para debaixo da minha mesa e escondi-a no paletó. Detalhe: não toco bateria. Também não toco maracas nem castanholas, embora tenha um par de cada, assim como um lindo e antigo cornet, típico dos jazzistas dos anos 1920 —não confundir com o trumpet, o trompete do Louis Armstrong.

Tenho também uma coleção de cinzeiros de lugares clássicos. Um deles, do Algonquin Hotel, de Nova York, um dos últimos que eles mantiveram nos quartos antes de proibir o fumo no hotel, nos anos 70. Mas há muito ele só serve para decorar, porque eu próprio parei de fumar há décadas.

Tenho um protetor de orelhas, comprado num terrível inverno em Budapeste e bobamente trazido para o Rio. Um mata-borrão marchetado com uma paisagem do Rio, embora desde criança não use caneta-tinteiro. Uma TV de tubo, não sei a marca —Invictus?—, que pega bem até hoje, desde que com um Bombril na antena. E alguns relógios de mesa —herança de família, presente de amigos, comprado em antiquário etc. Como são octogenários, cada qual tem sua ideia particular quanto a hora a marcar, um sempre adiantado ou atrasado em relação ao outro.

Por mim, tudo bem. Somo ou diminuo o que eles marcam, tiro a média e fico sabendo as horas.

Imagem turva

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Fersar Nagô" e "Fascismo da Cor" Escreve aos domingos

Flagrante carioca: um caminhante habitual da pista vizinha a prédio militar na Praia Vermelha assiste a ordenanças arrancarem plantas daninhas num pequeno gramado frontal. Boa cena para um site, quis fotografar, no que foi advertido pela esposa. Ninguém pintava meio-fio, mas, sabe-se lá, a foto poderia suscetibilizar a imagem combativa da Força, alardeada em grandes letras na praça.

É certo, como se deduz da fala de um general de palanque agora investigado, que "combatente" tem largo espectro semântico, abrange atribuições que podem variar de uma gama de funções à adesão a trama golpista. Mas jardim destoaria de "selva!"

É que forças armadas periféricas vivem de imagem. Claro, são reais as tarefas de vigilância das fronteiras e de garantia territorial, por mais que se fracasse no combate aos tráficos e à tomada de espaços por facções criminosas na Amazônia. Mas a inclusão das forças no recente plano de desenvolvimento industrial, além do evidente apaziguamento de descontentes, contempla um potencial de defesa mal explicitado.

Entre nós, desde o morticínio paraguaio no século 19, a palavra guerra, assim como combatente, é um elástico semântico. Serve para justificar orçamentos, assegurar espírito de corpo, encobrir desaparecimentos de presos políticos ou de 8.000 indígenas durante a ditadura.

Na realidade, a guerra é interna, declarada por militares para seimporem à vida civil como fundamento último da República. Uma imagem de guerra, bem entendido, já que aqui ela não se associa diretamente ao capital, como em potências mundiais. Tapa-olho da tutela histórica.

Assim, a força da convicção tem de ser maior que a da verdade. O saber da imagem cola-se à história republicana, deflagrada pelos golpes de Deodoro e Floriano, narrada em circuito comum. Atentados à Constituição são crispações na identidade desse meio: há mais de uma consciência militar, logo, risco de fratura. "Caserna profunda" é quase parônima de caverna. O fato é que sem anuência americana, golpe civil-empresarial-militar vira intentona miliciana.

Uma modernização começaria pelo féretro da imagem que embute o culto autoritário da ordem e suspende há séculos um cutelo sobre a cabeça da civilidade. Certo, submarino nuclear e aviões competitivos podem ser saltos em inovação, de provável retorno para a economia nacional. A normalidade constitucional, entretanto, requer depuração institucional. Como na Lei de Murphy, a imagem das forças piorou: "trollar" colegas e suas famílias, baixezas digitais, rasgam a fantasia de combate. Na selva ou no jardim, verdadeiras plantas daninhas são indisciplina e impunidade. Modernizar-se é buscar autorrespeito, desfazer a sombra ominosa sobre a cidadania democrática.